

# INFORMATIVO ONLINE

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

*Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.*

Volume: 10

Número: 389

20/01/2026

## MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

### [ATO CGMP Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2026](#)

Aprova a revisão e a atualização dos Atos Normativos expedidos pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### [ATO CGJ, DE 2026](#)

“Publica os fatores de atualização monetária, aplicáveis aos feitos em curso no Estado de Minas Gerais, a partir de 16 de janeiro de 2026 até a publicação do novo índice do INPC.”

### [LEI Nº 25.707, DE 15 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os concessionários e permissionários de serviços públicos contínuos de responsabilidade do Estado notificarem o consumidor sobre a suspensão parcial ou total dos serviços e dá outras providências.

### [LEI Nº 25.708, DE 15 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre medidas para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

### [LEI Nº 25.709, DE 15 DE JANEIRO DE 2026](#)

Acrescenta artigo à Lei nº 24.786, de 6 de junho de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado.

### [LEI Nº 25.710, DE 15 DE JANEIRO DE 2026](#)

Estabelece objetivos e diretrizes para as ações do Estado voltadas para a atenção à saúde integral da mulher.

### [LEI Nº 25.711, DE 15 DE JANEIRO DE 2026](#)

Altera o art. 6º da Lei nº 24.786, de 6 de junho de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado.

[LEI Nº 25.712, DE 15 DE JANEIRO DE 2026](#)

Altera o art. 8º-A da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

[LEI Nº 25.719, DE 16 DE JANEIRO DE 2026](#)

Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

[LEI Nº 25.723, DE 16 DE JANEIRO DE 2026](#)

Determina a emissão de boletos ou guias de cobrança pelas concessionárias e permissionárias de serviço público e pelos órgãos públicos estaduais prestadores de serviço com opção de pagamento por código de barras e em formato QR Code.

[LEI Nº 25.739, DE 19 DE JANEIRO DE 2026](#)

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 20.627, de 17 de janeiro de 2013, que assegura o acesso, no âmbito do Estado, às técnicas de coleta de gametas, de conservação de gametas e embriões e de reprodução humana assistida ao cidadão e à cidadã em idade reprodutiva que receber indicação de tratamento oncológico que implique risco de esterilidade.

[PORTARIA DF Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2026](#)

“Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Silvianópolis.”

[PORTARIA DF Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2026](#)

Especifica a data do feriado do "Primeiro dia subsequente ao encerramento das festividades do Jubileu do Senhor Bom Jesus", na Comarca de Matozinhos, para o ano de 2026.

[PORTARIA DF Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2026](#)

“Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Raul Soares.”

[PORTARIA DF Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Campestre.

[PORTARIA DF Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2026](#)

“Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Espinosa.”

[PORTARIA DF Nº 3, DE 14 DE JANEIRO DE 2026](#)

“Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Coronel Fabriciano.”

[PORTARIA DF Nº 20, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025](#)

“Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Lima Duarte.”

[PORTARIA DF Nº 24, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Teixeiras.

[PORTARIA DF Nº 33, DE 12 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Carlos Chagas/MG.

[PORTARIA CONJUNTA SEJUSP GMF TJMG Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2026](#)

Institui o Núcleo de Governança para Acompanhamento da Execução do Plano Pena Justa/MG, no âmbito do Comitê de Políticas Penais de Minas Gerais.

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 60, DE 16 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre o Programa de Monitoramento Eletrônico de Pessoas no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

[Anexos](#)

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.764, DE 13 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a suspensão do expediente forense nos dias que menciona.

**IMPORTANTE:** Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.